

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 5.640, DE 2005

Acrescenta o art. 28-A ao texto da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**Autor:** Deputado FRANCISCO DORNELLES.

**Relator:** Deputado PEDRO HENRY.

### I - RELATÓRIO

Apresentado pelo ilustre **Deputado Francisco Dornelles**, o **Projeto de Lei nº 5.640, de 2005**, pretende disciplinar a intimação dos Procuradores da Fazenda Nacional no caso de decisões, contrárias à Fazenda Nacional, proferidas em processos apreciadas no Conselhos de Contribuintes ou na Câmara de Recursos Fiscais.

As razões que motivam a apresentação da proposição, constantes de sua justificação, são as seguintes:

*A presente proposição **objetiva eliminar a demora por parte da Procuradoria da Fazenda Nacional em tomar ciência das decisões proferidas pelos conselhos de contribuintes do Ministério da Fazenda**, ocorrendo casos em que o processo fica à disposição daquela autoridade na secretaria do conselho por mais de dois anos, sem que ela se disponha a tomar ciência.*

***Essa situação causa grandes entraves e insegurança na via dos contribuintes**, pois enquanto não houver manifestação daquela autoridade o contribuinte deve aguardá-la, mesmo que tenha sido exonerado da exigência que lhe havia sido imposta.*

*Por estas razões, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes Pares para a aprovação da proposta.*

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Cabe agora a esta Comissão, em conformidade com o art. 32, inciso XIII, alínea "o", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, manifestar-se sobre o mérito da proposição.

A **Emenda Constitucional nº 45, de 2005**, acrescentou novo inciso ao art. 5º da Constituição Federal com o seguinte teor:

**Art. 5º.....**

**LVXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.**

A pretensão contida no Projeto de Lei nº 5.640, de 2005, apresenta nítida pertinência com o comando constitucional anteriormente transcrito. Com efeito, o disciplinamento da efetivação de intimações aos Procuradores da Fazenda Nacional, **com a fixação de prazo uniforme e taxativo**, irá contribuir, sem dúvida, para concretização, no âmbito de tramitação de processos administrativo-fiscais, do preceito constitucional referente à garantia da celeridade, assegurada aos cidadãos nos processos em geral.

**É inconcebível que centenas de pessoas obtenham o reconhecimento de seus direitos, mas, pelo não atendimento de exigências processuais por parte de autoridades interessadas nas respectivas demandas, tenham que esperar por longo tempo para concretizar suas pretensões.**

Em razão desse contexto, manifestamo-nos **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 5.640, de 2005, com base no art. 129, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2005.

Deputado PEDRO HENRY  
Relator